

Vereadores aprovam LDO para 2025 e operações de crédito

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Em sessão realizada ontem no Plenário Cosme de Farias, a Câmara Municipal de Salvador aprovou importantes projetos que impactam diretamente a gestão financeira e legislativa da capital baiana. O destaque principal foi a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, proposta pelo Executivo Municipal através do Projeto de Lei nº 100/2024.

A LDO, segundo o Executivo, visa fortalecer o planejamento e assegurar equilíbrio fiscal, incorporando diretrizes do Programa de Governo e do Plano Plurianual 2022/2025. O documento detalha orien-

tações para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA), estruturado em sete capítulos e treze seções, delineando prioridades para investimentos públicos no próximo ano.

O presidente da Câmara Municipal de Salvador, Carlos Muniz (PSDB), destacou o encerramento responsável dos trabalhos legislativos deste semestre, ressaltando a importância da LDO para que o Executivo possa direcionar recursos às obras e serviços em benefício da população soteropolitana.

Além da LDO, foram aprovados outros projetos de relevância. O Projeto de Lei nº 132/24 modificou dispositivo da Lei nº 9.613/2021, autorizando o Executivo a contrair operação de crédito externo junto à Corporação Andina de Fomento (CAF). Já o Projeto

de Lei nº 133/24 alterou dispositivo da Lei nº 9.771/2023, permitindo ao Executivo contratar operação de crédito interno com a Caixa Econômica Federal, com garantia da União.

A sessão também foi marcada pela aprovação de diversos projetos de Resolução, moções e requerimentos dos vereadores.

RECESSO - A sessão ordinária de ontem foi a última antes do recesso, quando encerrados os trabalhos legislativos deste semestre no plenário. “Encerraremos os trabalhos do semestre em plenário e no dia 5 de agosto as sessões retornarão. Mas é importante frisar que o trabalho do vereador continua no dia a dia. Como sempre, visitando suas bases e trabalhando a pleno vapor pelas reivindicações da população



Foto: Antônio Queirós/CMS

A CÂMARA Municipal de Salvador aprovou importantes projetos que impactam diretamente a gestão financeira e legislativa da capital baiana

de Salvador”, pontuou Muniz.

“Pois o vereador não trabalha só no plenário, mas também visitando as comunidades. Sabendo os problemas que Salvador enfrenta, para podermos aqui solucionar”, disse o chefe do Legislativo da capital da Bahia.

Calendário - Para alavancar o número de visitantes na capital baiana e, consequentemente, a econo-

mia da cidade, a Prefeitura lançou ontem, pelo segundo ano, o Calendário de Turismo Esportivo de Salvador. A programação, que vai de julho deste ano até abril de 2025, conta com pelo menos 16 eventos esportivos de grande porte para atrair atletas amadores e profissionais de modalidades como natação, corrida, ciclismo, triatlo, canoagem e outras.

O calendário foi apresen-

tado pelo prefeito Bruno Reis e por Isaac Edington, presidente da Empresa Salvador Turismo (Saltur), em coletiva de imprensa no UCI Orient, no Shopping da Bahia. A ideia é oferecer mais atrativos aos turistas, que já vêm a Salvador pelas belezas naturais, pela efervescência cultural e suas grandes festas populares, além da religiosidade, gastronomia e patrimônio histórico.

ATRITO

Plenário vira palco de bate-boca sobre machismo

Foto: Antônio Queirós/CMS



A COMISSÃO de Defesa dos Direitos da Mulher, na figura da presidente, vereadora Ireuda Silva, repudiou as falas de teor machista de vereador

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A vereadora Laina Crisóstomo (PSOL), do mandato coletivo Pretas por Salvador, chorou ao ser interrompida pelo vereador Paulo Magalhães Júnior (União Brasil) durante um discurso na Câmara de Salvador. A ação desencadeou um amplo debate sobre machismo na Casa.

Laina apontava uma “falta de transparência” no projeto de lei que autoriza a Prefeitura a contratar operação de crédito interno, junto à Caixa Econômica Federal, quando foi interrompida pelo vereador líder da gestão Bruno Reis.

“Quando o senhor está

falando no Plenário eu não lhe interrompo. Não pego o microfone para ‘esclarecer dúvidas’. Isso é perverso”, vociferou Laina para Paulo Magalhães. Em seguida, a vereadora decidiu encerrar o discurso e começou a chorar. “Isso é falta de respeito. Não consigo terminar a minha fala. Ser mulher na política é isso todos os dias”, encerrou, deixando o púlpito em lágrimas.

Em seguida, o vereador Átila do Congo (PMB) chamou a colega Laina Crisóstomo de vitimista após ela chorar por ter tido a fala interrompida pelo vereador Paulo Magalhães Jr.

Átila disse ainda que não existe machismo na Câmara e que os homens estão sendo “demonizados”. “Tudo é

agressão. [...] Isso é um alerta para que nós, homens, comecemos a abrir os olhos. Porque eu estou vendo muitas cobranças, nos demonizando, enquanto isso estão encarcerando pais de famílias inocentes por motivo torpe e sem direito de defesa ao contraditório”, disse.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara de Salvador, na figura da presidente, vereadora Ireuda Silva (Republicanos), repudiou as falas de teor machista do vereador.

Para Ireuda, a postura de Átila é típica de homens machistas, que se incomodam com a conquistas das mulheres. “A fala do vereador Átila do Congo, que passa pano para agressor, é carre-

gada de uma série de absurdos tão desmedidos que me fazem pensar sobre o real motivo por trás dela. Imagino que ele tenha tentado atrair para si holofotes e aplausos dos machistas de plantão e, pior, de certos homens que se dizem pais de família, mas nada mais são verdadeiros algozes de esposas e filhos. Autores dos mais sórdidos tipos de violência, seja física, psicológica, patrimonial, emocional”, diz Ireuda.

Para a republicana, porém, a atitude do vereador foi um tiro no pé, pois “a sociedade não aceita nem apoiar homem que bate em mulher”. “A fala do ilustríssimo vereador não condiz com a importância de seu cargo”, pontuou Ireuda.

Bruno Reis critica infidelidade de ex-aliados: “Tenho coerência”

Prefeito de Salvador reafirmou a sua integridade e compromisso com seus princípios

EQUIPE DE
POLÍTICA

Em entrevista à imprensa, ontem, o prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), alfinetou o vice-governador Geraldo Jr (MDB), pré-candidato à prefeitura, destacando a sua insatisfação com a recente mudança de lado político do antigo parceiro.

Bruno destacou a coerência de sua trajetória política ao comentar sobre a situação. “Continuo com os mesmos apoios que eu tive da vez passada para ser prefeito. Sou o mesmo Bruno, do mesmo lado, com a mesma posição política,” afirmou o prefeito.

A alfinetada não parou por

aí. O chefe do Executivo Municipal fez questão de sublinhar a sua integridade e compromisso com seus princípios. “Tenho coerência na minha vida pública e estou onde sempre estive, desde quando comecei,” cravou Bruno Reis, deixando claro seu descontentamento com a mudança de posicionamento de Geraldo Jr.

Editais - A Prefeitura de Salvador, através da Fundação Gregório de Mattos (FGM), apresentou na noite desta terça-feira (18) o calendário de ações de fomento para 2024 com nove editais e quase R\$30 milhões investidos diretamente na cultura soteropolitana. O evento ocorreu no Espaço Cultural da

Barroquinha e contou com as presenças do prefeito Bruno Reis, do secretário de Cultura e Turismo (Secult), Pedro Tourinho, do presidente da FGM, Fernando Guerreiro, e de outras lideranças do setor na capital baiana.

Os editais integram o Programa Nacional Aldir Blanc (PNAB), com recursos disponibilizados pelo Ministério da Cultura aos municípios, mas também contam com aportes realizados pela própria Prefeitura de Salvador para ampliar o poder de investimento na cultura. Mais uma vez, as ações de fomento seguem com o objetivo de democratizar a produção, o acesso e a fruição de projetos e bens culturais.

O prefeito Bruno Reis ressaltou que os investimentos nos editais, de quase R\$30 milhões, incluem R\$15 milhões da Lei Aldir Blanc e o restante com recursos da Prefeitura, sendo mais de R\$7 milhões do programa Viva Cultura. “É o conjunto de investimentos que nós estamos anunciando aqui, nesta noite, para estimular ainda mais, para potencializar ainda mais a cultura da nossa cidade”, disse.

Bruno Reis ressaltou que os editais da Prefeitura são referência no país e frisou que artistas negros terão prioridade, assim como pessoas com deficiência e indígenas. “Participem, inscrevam bons projetos”, disse.



O PREFEITO de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), alfinetou o vice-governador Geraldo Jr

Homem grita ‘viva a maconha’ na Câmara e deputado exige revista

LEVY TELES
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados foi palco de mais uma briga ontem. O deputado Gilvan da Federal (PL-ES) pediu que um policial revisasse e empurrou um cidadão na sala do colegiado após ele dizer “viva a maconha”. Na mesma sessão, o deputado Hélio Lopes (PL-RJ) foi chamado de “capitão do mato”.O primeiro episódio aconteceu com Gilvan.

“Quem falou ‘viva a maconha’?”, questionou o parla-

mentar ao ouvir a fala. Ele partiu em direção ao homem que estava acompanhando a sessão. “O senhor está com maconha aqui? Policial, eu quero revista nesse cara aqui. Se estiver portando maconha aqui, você vai tomar voz de prisão.”

O espectador tocou na bandeira do Brasil que Gilvan costuma carregar. “Você encostou em mim, cara?”, esbravejou Gilvan, que então deu um leve empurrão no homem contra a parede.

O cidadão falou “viva a maconha” após Delegado Éder Mauro (PL-PA) criticar a presença de membros da

União Nacional dos Estudantes (UNE), relacionando-os ao ativismo em favor da droga. O espectador foi conduzido ao Departamento de Polícia Legislativa (DEPOL), onde prestou queixa e foi registrada a ata do incidente. Ele foi liberado poucos minutos depois. Esse não foi o único caso na sessão da tarde de ontem. Enquanto Hélio Lopes, apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) discursava em obstrução a um projeto de lei que visa reconhecer e titular terras de comunidades quilombolas, alguém gritou “capitão do mato”.

Agência brasil

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem, por 14 a 12 votos, relatório sobre projeto de lei que propõe a legalização de cassinos e jogos de azar, como bingo e jogo do bicho, no Brasil. O tema agora deve ser remetido ao plenário da Casa. O PL 2.234/2022 veio da Câmara dos Deputados, onde foi aprovado, e tramita no Senado desde 2022. A proposta prevê a permissão para a instalação de cassinos em polos turísticos

ou em complexos integrados de lazer, como hotéis de alto padrão (com pelo menos 100 quartos), restaurantes, bares e locais para reuniões e eventos culturais.

O projeto propõe ainda a possível emissão de uma licença para um cassino em cada estado e no Distrito Federal. Alguns estados teriam uma exceção, como São Paulo, que poderia ter até três cassinos, e Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas e Pará, com até dois cada um, se o projeto for aprovado. A justificativa foi o tamanho da população ou do território.

Durante a sessão da

CCJ, a maioria das manifestações se deu por parte dos senadores contrários ao projeto. Um dos principais argumentos trazidos foi o do impacto sobre o sistema de saúde, que deverá lidar com o aumento do vício em jogos, disseram senadores de partidos como PL e Novo. O senador Magno Malta (PL-ES) citou o exemplo dos Estados Unidos, onde a legalização de cassinos criou um ambiente favorável à prostituição, ao consumo de drogas e máfia. Ele afirmou que o vício em jogos causam “dano moral, dano psicológico, que destrói famílias, destrói pessoas”.